

Carta aberta ao Presidente sobre violência e segurança pública

São Paulo, 14 de abril de 2000

Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso
Palácio do Planalto
Brasília
Sua Excelência,

O Governo Federal chegou tarde ao reconhecimento do fracasso de nosso sistema de segurança pública, muito depois do povo brasileiro cansar de receber notícias chocantes de violência sem perspectivas de solução. Na última quinta-feira Vossa Excelência disse: "Chegamos a um ponto onde não é possível mais deixar de apoiar e, talvez mais do que isso, atuar no nosso âmbito constitucional na questão da segurança pública e no combate à violência e às drogas, que passam a ser um problema nacional." Como Vossa Excelência disse: "O Brasil cansou da impunidade e corrupção".

Nossos níveis de violência, com um dos piores índices de homicídios do mundo, estão intimamente ligados a uma impunidade institucionalizada. A Polícia Militar de São Paulo apreendeu 41.000 armas ilegais em 1999, sendo 40% com a identificação raspada, o que permite presumir que estavam envolvidas com crimes. A quase totalidade das pessoas presas pagaram 60 reais de fiança e saíram das delegacias antes dos policiais que aguardavam o término do flagrante. De que valeu a lei que tornou crime o porte de armas ilegais? Em outubro do ano passado a PM paulista prendeu um indivíduo com um fuzil AR-15 que passou a responder o processo em regime semi-aberto e foi preso novamente em dezembro após matar um PM com outro AR-15. Que justiça é essa? Que sistema de justiça criminal é esse em que apenas 1,7% dos autores de homicídios cumprem sua pena? Qualquer autor de roubo, condenado pela pena mínima de 5 anos e 4 meses, é liberado, por bom comportamento, onze meses depois. Que lei de execuções penais é essa que devolveu às ruas para novas violências quase todos os 90 mil presos pela PM no ano passado, dos quais cerca de 75% cometeram crimes graves (roubo simples, roubo qualificado, tráfico de entorpecente, homicídio e latrocínio)? E onde guardar os presos em nossas selvagens e superlotadas cadeias, se o Plano Nacional de Segurança prevê a construção de ridículas 15 mil vagas, quando precisamos de 10 vezes essa quantidade?

E que polícia é essa que gasta preciosos recursos públicos em estruturas duplicadas e rivais porque só no Brasil se entende que policiamento uniformizado e investigação são atividades tão diferentes que merecem duas polícias completamente diferentes, com dois chefes em cada área para fazer o mesmo trabalho de controle do crime? Que polícia é essa que esclarece (caso de São Paulo) 2,5% dos crimes? E que sistema pífio é esse de vigilância de nossas fronteiras que não impede – nem vai impedir, por absoluta falta de estrutura - o tráfico de entorpecentes, o contrabando de armas, a saída de veículos roubados? E que Polícia Federal é essa, diminuta e cheio de encargos (inclusive de proteção de autoridades que absorve 25% de seus efetivos) para enfrentar o crime organizado, o narcotráfico e os criminosos que passam pelas imensas fronteiras? Não serão ínfimos os míseros 3 bilhões de reais para o Plano Nacional de Segurança a ser anunciado por Vossa Excelência, quando o país gasta e perde 8 a 10 % do PIB todo o ano com a violência? Nossas autoridades não sabem que se gasta cinco vezes mais em polícia, justiça, presídios, perdas materiais e vidas humanas do que se gastaria em prevenção e que se deveria investir pelo menos 1,5% do PIB em sistemas de prevenção da violência?

Vossa Excelência prometeu anunciar um Plano Nacional de Segurança encomendado ao ex-

ministro José Carlos Dias. Do que foi divulgado até o momento, esse plano prevê pontos muito positivos como a retomada da emperrada reformulação dos Códigos Penal e Processual Penal e a criação de um sistema nacional de informação criminal. Outras iniciativas previstas são tão pontuais, como a criação de 21 delegacias de polícia federal, o pequeno aumento nas vagas de penitenciárias, o combate ao roubo de cargas ou a criação de modestas 1.500 vagas na diminuta Polícia Federal, que não permitem prever qualquer impacto sério na redução da violência hoje tão preocupante.

As medidas propostas até agora não afetarão significativamente problemas crônicos como a ineficiência e altos custos das polícias estaduais, a precária vigilância de nossas fronteiras e a poderosa penetração do crime organizado. Problemas crônicos demandam inovação, não as medidas paliativas e de pouco impacto sobre estruturas policiais equivocadas que vieram do passado. Decisões estratégicas para a segurança pública deveriam nortear esse Plano Nacional, tendo em vista a gravidade dos problemas que enfrentamos:

1. Ajustar com urgência os códigos penal, processual, lei de execução penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente para assegurar o rápido encarceramento dos violentos.
2. Promover a urgente criação de 100 mil vagas prisionais nos próximos 3 anos.
3. Criar o Ministério da Segurança Pública e Defesa Institucional, subordinando a Polícia Federal, para integrar todas as políticas e programas para o setor, principalmente a criação de um sólido sistema de combate ao crime organizado.
4. Nossas principais regiões metropolitanas, São Paulo e Rio de Janeiro, concentram o melhor da produção econômica, educacional e cultural, mas não conseguem harmonizar esses avanços de civilização com padrões decentes de convivência. As regiões metropolitanas devem ser definidas como áreas de prioridade nacional, para aplicar os recursos do fundo nacional de segurança mediante o atendimento de um conjunto de pré-requisitos de organização e emprego dos recursos policiais. Essas áreas poderiam ter uma polícia metropolitana unificada e diferenciada ou serem cuidadas por uma das atuais polícias que fariam o policiamento uniformizado e a investigação em conjunto, sem rivalidades e duplicação de funções. No Japão cidades críticas recebem atenção e recursos do governo central. Na Inglaterra o governo central subsidia as polícias regionais. Em Portugal, França, Itália e Espanha onde uma só polícia cuida das grandes cidades. Essa nova estrutura poderia começar pelo Distrito Federal e região metropolitana de Vitória, áreas relativamente pequenas mas de preocupantes níveis de violência.
5. Definir um sistema de segurança para as fronteiras secas e marítimas, a partir de três alternativas: a) equipando e pagando excedentes de pessoal das polícias estaduais destinados a essas tarefas; b) criar uma polícia militar federal de fronteiras, composta de corpo permanente e pessoal prestando serviço militar, nos moldes da gendarmeria francesa ou das polícias de fronteira da Índia e c) designar um contingente das Forças Armadas, uma Guarda Nacional, para ações policiais de fronteira, e atuação em apoio aos estados em situações de crise e emergências, também nos moldes da Índia.
6. Promover o desenvolvimento das demais polícias, enquanto a unificação total não ocorre, através de um programa de assessoria, treinamento e fornecimento de equipamentos básicos mediante o atendimento de pré-requisitos de integração das polícias e redução de desvios de policiais.
7. Ampliação do programa Comunidade Solidária para coordenar as ações de prevenção social da violência, principalmente junto às prefeituras.

Vossa Excelência tem razão quando diz que "a sociedade está tendo consciência de que é preciso tomar atitudes mais firmes e punir com mais velocidade os responsáveis." Além de inquietar a população, a violência no Brasil, se não resolvida, cria problemas estabilidade e legitimidade

política. Há algum tempo foram as greves de policiais em Minas Gerais, Pernambuco e Ceará. Denúncias de corrupção e envolvimento de policiais com criminosos trouxeram inquietação ao Paraná, São Paulo, Acre, Paraíba, Rio de Janeiro. Agora o problema aparece no Governo Federal, com a substituição do Ministro da Justiça que travou disputas pessoais sobre competência da Polícia Federal na repressão ao narcotráfico. Precisamos de propostas de solução mais ambiciosas e concretas que temos visto até agora. Esperamos de Vossa Excelência, como o principal mandatário do país, atitudes firmes como exemplo inspirador para as demais autoridades.

Respeitosamente,

José Vicente da Silva Filho

Cadeira Pão de Açúcar de Pesquisas em Segurança Pública
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

Norman Gall

Diretor Executivo
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial